

EDIÇÃO ESPECIAL 2024 – FÚRIAS DA LIBERDADE

Rafael Slatinsky¹  0009-0005-5850-744X

Instituto Damas de Ferro, Brasil

Diane Matos Faria²  0009-0000-4341-0091

Instituto Damas de Ferro, Brasil

A relação entre o método econômico da Escola Austríaca e o Liberalismo

Resumo: O presente artigo explora a interconexão entre o método apriorístico da Escola Austríaca e o pensamento liberal na economia. Inicialmente, examina-se a origem do liberalismo e da economia clássica, com o estudo sobre as ideias de John Locke e Adam Smith, respectivamente. Logo após, há a análise da relação entre o liberalismo e a economia neoclássica, com a apresentação da Teoria do Valor Marginal e destacando as convergências e distinções em relação ao pensamento da Escola Austríaca. Dentro desse contexto, é apresentado o pensamento austriaco com os insights de Mises, em especial, com seu conceito de praxeologia, e de Friedrich Hayek, com suas críticas ao pensamento ortodoxo. Por fim, considerando a perspectiva de diversos economistas e a abordagem interdisciplinar da ciência econômica, conclui-se que a Escola Austríaca, em conjunto com o liberalismo clássico, oferece uma interpretação adequada da realidade da sociedade.

Palavras-chave: apriorismo; história do pensamento econômico; praxeologia; positivismo; utilitarismo.

¹Rafael Slatinsky é psicólogo clínico com bacharel e licenciatura pela Universidade de Taubaté e especialista em Neuropsicologia pelo Instituto de Pesquisa Albert Einstein. Gestor do Damascast pelo Instituto Damas de ferro. E-mail: rafael.slatinsky@gmail.com

²Estudante de Economia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atuando como voluntária no Instituto Damas de Ferro, ela integra o departamento de comunicação, contribuindo para a disseminação das obras de autoras mulheres liberais/libertárias. Também é embaixadora local pelo Students For Liberty, organização que promove a liberdade individual e o empreendedorismo jovem. Profissionalmente, ela se destaca como empreendedora na fotografia e trabalha como estagiária em Supplychain. E-mail: dianematosf@gmail.com

The relation between Austrian School Economic Method and Liberalism

Abstract: This article explores the interconnection between the aprioristic method of the Austrian School and classical liberal thought in economics. Initially, it examines the origin of liberalism and classical economics, studying the ideas of John Locke and Adam Smith, respectively. Subsequently, the relationship between liberalism and neoclassical economics is analyzed, presenting the Marginal Value Theory and highlighting the convergences and distinctions in relation to the thought of the Austrian School. In this context, Austrian thought is presented with the insights of Mises, particularly with his concept of praxeology, and Friedrich Hayek, with his critiques of orthodox thought. Finally, considering the perspective of various economists and the interdisciplinary approach of economic science, it is concluded that the Austrian School, in conjunction with classical liberalism, offers an appropriate interpretation of societal reality.

Keywords: apriorism; history of economic thought; praxeology; positivism; utilitarianism.

La relación entre el método económico de la Escuela Austríaca y el Liberalismo

Resumen: El presente artículo explora la interconexión entre el método apriorístico de la Escuela Austríaca y el pensamiento liberal en economía. Inicialmente, se examina el origen del liberalismo y la economía clásica, con un estudio sobre las ideas de John Locke y Adam Smith, respectivamente. A continuación, se analiza la relación entre el liberalismo y la economía neoclásica, presentando la Teoría del Valor Marginal y resaltando las convergencias y distinciones con respecto al pensamiento de la Escuela Austríaca. En este contexto, se expone el pensamiento austriaco con las ideas de Mises, especialmente su concepto de praxeología, y las críticas de Friedrich Hayek al pensamiento ortodoxo. Finalmente, considerando la perspectiva de varios economistas y el enfoque interdisciplinario de la ciencia económica, se concluye que la Escuela Austríaca, en conjunto con el liberalismo clásico, ofrece una interpretación adecuada de la realidad de la sociedad.

Palabras clave: apriorismo; historia del pensamiento económico; praxeología; positivismo; utilitarismo.

INTRODUÇÃO

A metodologia deste trabalho baseia-se em pesquisas e tem como resultado uma aplicabilidade teórica - descritiva. Já no que diz respeito à estrutura deste artigo, a primeira seção está dedicada a introduzir o pensamento liberal e as bases que o definem. Para isso, observa-se a apresentação do liberalismo clássico, seus precedentes e autores atuais, em especial, dará maior atenção ao considerado pai do liberalismo, John Locke.

No capítulo seguinte, apresenta-se o nascimento e ascensão da economia clássica que foi inspirada na filosofia política liberal por meio de Adam Smith. Logo em seguida, mostra-se a queda ortodoxia econômica e o nova teoria que irá substituí-la, a Escola Neoclássica; desse modo, há a apresentação das principais convergências e diferenças entre tais pensamentos e metodologias econômicas.

No terceiro capítulo, a escola austríaca é apresentada por com o uso da abordagem praxeológica de Mises, que enfatiza o papel da ação humana na criação de valor e na determinação dos preços. Ainda nessa seção será explorado a relevância do apriorismo kantiano para a defesa da praxiologia proposta por Mises para a metodologia econômica. Ademais, estuda-se também os pensamentos de Friedrich Von Hayek, seu discípulo, para complementar o estudo das ideias austríacas e a sua relação com o liberalismo econômico, visto que para Mises o liberalismo é a única ideologia política que é compatível com a sua metodologia.

Na quarta parte, busca-se responder a partir das percepções de Deirdre McCloskey, economista pela Universidade Harvard e professora na Escola de Chicago, como a metodologia a priori austríaca pode ser usada para defender o liberalismo e quais são as implicações da relação entre a metodologia a priori austríaca e o liberalismo para o desenvolvimento econômico e social. Ademais, faz-se comentários sobre o uso da psicologia no pensamento austriaco de modo a compreender acerca da praxiologia para justificar o comportamento humano e as tomadas de decisões. E, finalmente, fecha-se o artigo com a conclusão sobre o tema.

O objetivo deste estudo é apresentar as diferenças entre a escola neoclássica e a escola austríaca acerca do liberalismo e da economia moderna, além de justificar porque a interpretação austríaca seria a mais adequada para a economia como ciência e também para interpretação e compreensão da realidade.

1. BASES DO PENSAMENTO LIBERAL

Antes da introdução do termo liberalismo como é conhecido atualmente, que surgiu a partir do século XIX, Rosenblatt (2022) relata sobre o substantivo *liberalidade* introduzido no período de Cícero I, definindo a importância de ser liberal. A palavra é derivada do termo latino *liber*, significando livre e também generosidade, além de *liberalis* que condiz com uma pessoa que nasce livre, assim, correspondendo às duas palavras: *liberalitas*, que em português significa liberalidade.

Tal substantivo, segundo Rosenblatt (op. cit.), percorreu o trajeto histórico passando por Sêneca, um século após de Cícero I (106-43 A.C.); Ambrósio (339-397) no período medieval; Pier Paolo Vergerio (1370-1445) na Renascença; John Donne (1572-1631) nas reformas protestantes; chegando a Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704). A mesma autora apresenta que por mais que ambos sejam retratados como fundadores do liberalismo, nunca utilizaram tal palavra. Hobbes apresentava uma opinião diferente sobre a liberalidade, rejeitando a tradição liberal, relatando que os homens eram naturalmente violentos e egoístas, além da incapacidade humana de governar ou viver pacificamente sem a presença de um líder poderoso e que a guerra do homem contra o homem somente poderia ser evitada com um governo forte e indivisível (Nunes & Rolim, 2023). Já Locke rejeitou os pensamentos apresentados por Hobbes, reiterando a ideia de que os seres humanos são capazes e possuem o dever de se comportar liberalmente uns com os outros, e que não havia a necessidade de uma figura absoluta de liderança para governá-los (Locke, 1994).

Em sua obra mais influente, *Segundo Tratado sobre o Governo Civil* (1690), o filósofo empirista³ inglês propõe o que ele define como direitos naturais e enfatiza três aspectos inalienáveis ao indivíduo: vida, liberdade e propriedade. Locke, portanto, define o conceito de estado de natureza como o momento em que a humanidade está em um estágio pré-social e pré-político (Locke, 1994, p. 83). Neste ambiente, o direito à vida é considerado o mais essencial, pois é a conjuntura necessária para que outros direitos e bens sejam perseguidos. O adjetivo inalienável utilizado para qualificar o direito busca refletir o fato deste ser intransferível, não podendo ser vendido ou renunciado, entendendo ser esse direito como uma dádiva natural e universal concedida a todos os seres humanos pelo simples fato de serem seres racionais e dotados de vida (Martins, 2015, p. 318). Esta virtude também abarca a ideia da preservação da vida, nas palavras de Locke: “O “estado de Natureza” é regido por um direito natural que se impõe a todos, e com respeito à razão, que é este direito, toda a humanidade aprende que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve lesar o outro em sua vida, sua saúde, sua liberdade ou seus bens” (Locke, 1994, p. 84).

Ainda no estado de natureza, Locke apresenta a liberdade definida como “estar livre de qualquer poder superior na terra e não depender da vontade ou da autoridade legislativa do homem, desconhecendo outra regra além da lei da natureza” (Locke, 1994, p. 95) e o direito de propriedade definido a partir da incorporação do trabalho individual sobre qualquer matéria bruta. Ele ainda acrescenta que esta propriedade individual é um direito natural do indivíduo que não poderia ser violado pelo Estado (Martins, 2015, p.321). Nesse sentido, aqui encontra-se a conexão que viria anos depois, com Adam Smith ao desenvolver a metodologia econômica com a Teoria do Valor Trabalho e com a proposição da limitação do papel do Estado na economia.

³ Locke apresenta o empirismo em sua versão com a *Tábula Rasa*, onde ao nascer, a mente humana é uma folha em branco, sem ideias que são adquiridas por meio da experiência sensorial com as interações com o ambiente. Outro meio que aborda sobre é com base na experiência como fonte de conhecimento, dividindo a experiência humana em duas categorias: sensação (obtida através dos sentidos, como cor, som e cheiro), e reflexão (representada por operações mentais, como pensar, duvidar e acreditar). (Locke, 1999).

Com o avanço da história, a liberalidade teve seus representantes que foram fundamentais para consolidar as ideias sobre liberdade e liberalismo utilizadas atualmente, e com participação durante a revolução francesa e a época napoleônica com três nomes principais: Gilbert Du Motier (Marquês de Lafayette), Benjamin Constant e Anne Louise Germaine de Staël-Holstein (Madame Staël).

O termo *liberalismo* utilizado foi cunhado por volta de 1811 e Rosenblatt enfatiza que Lafayette, Constante e Staël formularam as ideias para o termo que ganhou um novo significado, para descrever *ideias, sentimentos e constituições* louváveis, como o caso da constituição americana, que chegou até a França em 1787. Com a implementação de reformas na Assembleia Nacional, Lafayette ajudou a escrever juntamente com Thomas Jefferson, parte da Declaração do Homem e do Cidadão, implementando artigos afirmando que os homens nascem livres e permanecem livres e iguais em direitos, com a função governamental de preservá-los; a soberania reside na nação e os poderes do governo eram instituídos para o benefício de todos; direito o cidadão francês de participar na elaboração de leis. Já Staël relatava que ter princípios liberais é demonstrar bondade, generosidade e compaixão; juntamente com Constant propagavam a importância da liberdade religiosa, devido a religião estar atrelada ao governo impediria de promover o aperfeiçoamento moral.

De acordo com a autora citada, com o decorrer da revolução francesa, Napoleão assumiu o como imperador na França em 1799 e invadiu a Espanha em 1808, depondo o governo regente e o substituindo por seu irmão, Napoleão José, trouxe o surgimento do partido liberal na Espanha. Por conta das manifestações contra os interesses do absolutismo monárquico e da religião foram mandados para prisão ou forçados ao exílio, dando início a uma campanha de difamação que entrou no uso do termo *liberalismo*, onde os primeiros exemplos desta palavra surgiu em jornais espanhóis em 1813. Com a perseguição dos liberais na Espanha, com a derrota de Napoleão na guerra de Waterloo e de Luís XVIII assumindo a monarquia francesa, foi elaborada a Carta, uma constituição liberal concedida pelo rei francês. A constituição reconheceu os princípios liberais, como igualdade perante a lei e a liberdade de imprensa e religião, por mais que houvesse certas contradições como o catolicismo ser a religião nacional. Com o retorno de Napoleão no evento chamado *Cem Dias*, da qual fugiu da ilha de Elba e seguiu até Paris para retornar ao poder, o imperador antes aprisionado prometeu governar constitucionalmente e convidou Benjamin Constant para redigir uma nova constituição. Constant, assim, prometeu o voto mais democrático, ampliou as liberdades e retirou o catolicismo como religião nacional. Em conjunto com a nova constituição, escreveu um livro que foi celebrado como o texto fundador do liberalismo: *Princípios de Política Aplicáveis a Todos os Governos*, do qual logo em seu início demonstra a necessidade de uma soberania popular (que condiz com os interesses da população por meio das figuras representativas daquele governo), mas limitada, já que quando ilimitada não haverá garantias de proteger os indivíduos dos governos. Assim que, quando um representante é escolhido, sem ter as barreiras pré-estabelecidas, é passível de extrapolar os poderes concedidos, tornando-se absoluto, como Arendt (2013) demonstra:

“Essencialmente, o líder totalitário é nada mais e nada menos que o funcionário das massas que dirige; não é um indivíduo sedento de poder impondo aos seus governados uma vontade tirânica e arbitrária. Como simples funcionário, pode ser substituído a qualquer momento e depende tanto do “desejo” das massas que ele incorpora, como as massas dependem dele. Sem ele, elas não teriam representação externa e não passariam de um bando amorfo; sem as massas, o líder seria uma nulidade” (Arendt, 2013, p. 375).

ADAM SMITH

O presente capítulo se limita a apresentar a história econômica a partir do século XVIII, pois é neste período que a economia se une formalmente com a filosofia liberal. Posto isto, antes da economia ser ciência como ela é considerada hoje pela academia, há uma longa jornada anterior a iniciada com Adam Smith a partir de sua influente obra *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776).

No século XVIII, o contexto econômico e intelectual mundial era baseado no mercantilismo com o foco na acumulação de riqueza por meio do controle estatal no comércio, incentivando as exportações e restringindo as importações (Gennari, 2009). A agricultura ainda era a principal produção e o objetivo do governo baseava-se na busca do saldo comercial favorável com o acúmulo ouro e prata, em que se baseava a riqueza de um país.

Como abordado anteriormente, nesse contexto surgiram movimentos intelectuais que promoveram a razão, a ciência e os direitos individuais. Na filosofia e política, John Locke defendeu a ideia de direitos naturais e a importância da propriedade privada, gerando, assim, uma quebra de paradigma na ideologia mercantilista. Adam Smith, seu contemporâneo, seguiu na mesma linha e consolidou a economia moderna com suas teorias.

Em meio a grandes transformações no Reino Unido com a Revolução Industrial, o escocês incorporou-se tanto das ideias liberais de Locke quanto do pensamento filosófico de Hobbes. O primeiro aspecto a ser assinalado é a *Teoria da Mão Invisível*, que definia a existência de um poder no livre mercado (oferta e demanda) que coordena as atividades econômicas de forma eficiente, sem a necessidade de uma intervenção central. Entretanto, ainda que defendesse a liberdade comercial, para Gennari, Smith também “incorporou as ideias de Hobbes de que os homens em seu egoísmo inato seriam tragados a um estado bestial, caso não houvesse a força coercitiva de um poder maior, que poderia ser o poder do Estado” (Gennari, 2009, p. 60); apesar disso, ele foi um crítico do excesso de intervenção estatal, mas não foi um defensor da ausência completa do governo na economia.

Ainda assim, suas ideias foram fortemente contrárias à burguesia mercantilista, especialmente com a *Teoria do Valor-Trabalho*, em que Smith critica a ideologia de acúmulo de metais ao afirmar que a riqueza de uma nação está na sua produtividade, em outros termos, na eficiência do seu processo produtivo e este que, por sua vez, depende de um alto grau de divisão de trabalho. Além disso, Smith ainda afirma que o fato de um indivíduo se especializar em uma área refletia algo sobre a sua natureza humana, pois o homem é um ser

racional que faz trocas em busca de seu benefício (Idem, 2009), o que retorna a influência de Locke e também de David Hume. Esta teoria também explicou o processo de troca entre os agentes com as definições de preço natural e preço de mercado, o primeiro sendo definido a partir da quantidade de trabalho que foi empregado na produção, e o segundo sendo o preço definido pelas forças de demanda e oferta. Por fim, ainda define duas categorias de valor: uso (valor de utilidade) e troca (valor de mercado) para apresentar o *paradoxo da água e do diamante* (Smith, 1999). Nesse paradoxo, ele afirma que embora a água seja essencial para a vida e fundamental para a sobrevivência humana, seu preço de mercado é frequentemente muito baixo em comparação com bens menos essenciais, em outros termos, a água tem um alto valor de uso mas baixo valor de troca, por outro lado, um diamante, por exemplo, tem baixo valor de uso mas alto valor de troca. Smith, todavia, não soube desenvolver a solução para este paradoxo devido a diversas limitações intelectuais de sua época, que viram ser satisfeitas séculos depois. Ao analisar as obras e até mesmo a atuação de Smith como professor de filosofia moral na Universidade de Glasgow, na Escócia, pode-se concluir que o pai da economia moderna construiu esta ciência em bases morais, especialmente, influenciado pelo iluminismo de sua época. Vale lembrar que o livro *Riqueza das Nações* é considerado uma continuação de sua outra obra publicada em 1759, a *Teoria dos sentimentos morais*, onde o autor expõe o entendimento da natureza humana e das motivações éticas. Dessa maneira, observa-se que o filósofo escocês caminhava longe do *positivismo*⁴, a sua ciência econômica se preocupava com as ações dos indivíduos, portanto, se configurando como uma ciência humana e não matemática, como é a economia ortodoxa hoje (Cerqueira, 2006). Além de Smith, David Ricardo e Stuart Mill, entre outros nomes, também contribuíram para a formação e o desenvolvimento das ideias da economia clássica, também chamada de economia política devido seu caráter social, e estabeleceram “a principal vertente no pensamento teórico e doutrinário dessa disciplina no século XIX” (Feijó, 2023, p. 249) que viria ser reformulada com uma nova metodologia nos séculos seguintes.

A Metodologia Ortodoxa e o liberalismo

Na epistemologia do pensamento liberal, o *método indutivista*⁵ foi utilizado por autores clássicos como John Locke, George Berkeley, David Hume e John Stuart Mill (Campanario et al., 2012), filósofos que também tinham forte influência na economia. Contudo, em meados de 1800, as ideias da economia clássica estava sendo seriamente criticadas devido a problemas teóricos e práticos; no primeiro aspecto, havia inconsistências lógicas e questões acerca da teoria do valor e a da distribuição; no segundo, em 1825 a Europa entraria na considerada primeira crise do capitalismo, associada à especulação e à instabilidade financeira (Rothbard, 2007). Tais fatores contribuíram para a chamada *Revolução Marginalista* que iria inaugurar

⁴ Em sua base moral, destaca a simpatia e empatia na formação de julgamentos éticos; a moralidade é subjetiva e depende dos julgamentos individuais (Smith, 1999).

⁵ Este método constitui uma abordagem lógica de raciocínio baseado na observação de eventos ou padrões específicos para gerar inferências gerais (Chalmers, 1997).

o pensamento neoclássico no século XIX, que causou mais uma mudança gradual do que uma alteração brusca visto que alguns aspectos da antiga ortodoxia sobreviveram, e a nova ortodoxia foi consolidada no século seguinte, conforme analisado por Feijó (2023);

“A escola marginalista certamente pertence ao século XX. O uso do cálculo marginal e o conceito de utilidade foram-se firmando gradualmente ao longo de muitos anos. De modo que somente a partir dos anos 1930 começam a aparecer, em número significativo, artigos em revistas especializadas embasados nos modernos métodos e conceitos marginalistas. No entanto, o século XIX viu germinar, de modo gradual e não muito aparente ao público da época, ideias que propõem o uso do cálculo marginal em teoria e o conceito de utilidade na questão do valor” (p. 275).

William Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras são os três nomes principais do pensamento marginalista, entretanto, é inegável a participação de outros autores que contribuíram para o desenvolvimento da análise da *produtividade marginal* (Gennari, 2009). Em especial, muitos desses autores eram matemáticos e estatísticos como Georg von Buquoy (1783-1869); outros economistas como Antoine Augustin Cournot (1801-1877), que foi o grande precursor da análise marginalista com seu livro *Princípios matemáticos da teoria das riquezas* (1838) sendo o pioneiro no uso da matemática na teoria do preço de equilíbrio (Feijó, 2023).

William Stanley Jevons com a publicação em 1870 de seu livro *A Teoria da Economia Política* estabelece os conceitos sobre valor com a *Teoria da Utilidade Marginal* que afirma que o valor de um bem não devia ser determinado pela quantidade de trabalho como acreditavam os clássicos, mas sim, de forma subjetiva, a partir do prazer adicional gerado a cada unidade adicional deste bem (Varian, 2006). Apesar de consolidado na modernidade, já existia o debate sobre o valor subjetivo psicológico desde a antiguidade e também nos escolásticos medievais (Feijó, 2023, p. 281), até mesmo com o pai da economia esta discussão parecia ser um problema insolúvel envolvendo as noções de valor de troca e valor de uso definido no *paradoxo da água e do diamante*. Mas, o inglês Jevons teve um papel relevante ao solidificar este conceito e ao adotar o positivismo na nova ciência econômica, conforme Valentin (2008) comenta,

“Ao adotar o referencial prazer-dor, todo o dilema moral e a subsequente conduta do indivíduo acaba por ser reduzida a um sistema binário; a condição humana fica ela toda reduzida ao falso princípio da busca da felicidade, onde o comportamento é pavloviano e os estímulos, eletrochoques sociais” (p. 139).

Carl Menger, um dos fundadores da escola austríaca, publicou sua contribuição para o marginalismo com seu livro *Princípios de Economia Política* (1871) em que ele defende a ideia da *teoria do valor subjetivo* e da *utilidade marginal*, em especial, ele se destaca pela ênfase nos princípios da ação individual, elemento chave do pensamento austríaco, as decisões individuais de consumo e de produção. É aqui que a escola austríaca converge com o pensamento ortodoxo, contudo, como se observará nas próximas seções, esta escola é guiada pela metodologia praxeológica e não positivista.

Léon Walras, em 1874, publica seu principal trabalho, *Elementos de Economia Pura* onde ele desenvolve a *Teoria do Equilíbrio Geral* afirmando a tendência de todos os mercados se

igualarem em oferta e demanda, estudo fundamental para a compreensão da teoria microeconômica (Varian, 2006). Esses autores tiveram o objetivo de resolver o que eles consideravam ser o problema estudado pela economia, fazer a sociedade alocar recursos escassos de forma eficiente que satisfaça não só o indivíduo mas que também gere o bem estar social, a ideia da eficiência alocativa, conforme bem afirma Feijó (2023):

“A busca do prazer leva os homens a agir de modo essencialmente autointeressado e, em consequência, gera-se o benefício público por meio das trocas. O mundo econômico, regulado pelas trocas de mercado, é coeso e ordenado porque nele atua uma força particular que é a busca individual do prazer” (p. 29).

Com isso, a economia neoclássica se tornou a nova ortodoxia, sendo “um acréscimo progressivo no programa de pesquisa clássico iniciado por Adam Smith” (Valentin, 2008, p. 132), e mantendo o caráter liberal, pois a teoria marginalista pressupõe a existência da propriedade privada, liberdade de escolha para a alocação eficiente de recursos, com o capitalismo sendo o único sistema econômico que permite às liberdades individuais.

Na ideia de progressividade da economia, observa-se os neoclássicos absorvendo o positivismo, especialmente, quando Jevons elimina a moralidade da economia, e distancia esta ciência do seu caráter social ao transformar as variáveis em objetos quantificados para uso da matemática, com a ação do consumidor sendo definida por números (Martini, 2014, p.285). Walras também consolida este pensamento ao defender que “a ciência econômica pura deve ser, antes de mais nada, neutra, isto é, buscar e descobrir verdades puramente científicas.” (Valentin, 2008, p. 143), tornando a ortodoxia econômica uma ciência que podia ser empiricamente testada, admitindo a existência de duas identidades: primeira, de uma ciência natural, matemática e uma outra, considerada moral com fatos “originados da própria ação do homem”. (2008, p. 144).

Além deste caráter estatístico, a *Teoria do Valor Utilidade* estrutura o individualismo na economia na ideia de maximização do prazer e mesmo quando observa-se a *Teoria do Bem Estar Geral*, ela representa o coletivo como a soma de todos os valores individuais (Varian, 2006). Assim, o abandono do valor do trabalho conecta a nova economia ao liberalismo de forma direta, pois agora o valor das mercadorias está definido de forma subjetiva de acordo com sua utilidade ao consumidor, considerando a sua opção individual de escolha. O austríaco Carl Menger adotou tal *individualismo metodológico*, contudo, junto Mises e Hayek, a Escola austríaca irá apresentar uma metodologia alternativa ao pensamento liberal neoclássico, conforme veremos nos capítulos seguintes, adotando uma opção de perspectiva que conecta a liberdade individual com a praxeologia. Agora sobre a questão do Estado, os marginalistas não são a favor da ação irrestrita estatal e criticam os autores clássicos por defenderem que um dos objetivos da economia é gerar altos rendimentos ao Estado para o funcionamento do sistema público. Conforme está mencionado abaixo,

Walras também critica fortemente esta perspectiva do pai da economia, Smith,

“...para Walras há uma hierarquia nestes objetivos [fornecer riqueza de forma abundante para o povo e para o Estado;], sendo que o primeiro a ser destacado é a produção da riqueza dos indivíduos e depois a repartição eqüitativa desta riqueza entre os indivíduos e o Estado” (Valentin, 2008, p. 143).

ESCOLA AUSTRÍACA

Agora será apresentado o que a escola austríaca predominantemente interpreta para a metodologia econômica, o pensamento de Ludwig von Mises acerca da praxeologia e as suas bases em Immanuel Kant, além de suas críticas a *Teoria do Valor-Trabalho*, ao uso do *indutivismo* e ao *positivismo*. No capítulo seguinte, serão exploradas as contribuições de Friedrich von Hayek sobre liberalismo e o *individualismo metodológico*.

Como comentado anteriormente, a escola austríaca foi fundada por Carl Menger, junto com Friedrich von Wieser e Eugen von Böhm-bawerk na Universidade de Viena no final do século XIX (De Soto, 2010), eles buscavam estudar a economia por meio de uma abordagem subjetiva. Menger, mesmo estando no meio mainstream devido suas contribuições com a *Teoria Marginalista*, se apresenta distinto dos outros dois nomes da revolução, Jevons e Walras, devido a seu trabalho com o formalismo verbal, sem o uso de fórmulas matemáticas. Nesse contexto, a academia muitas vezes considera os adeptos dessa escola como *heterodoxos*, pois os austríacos defendem que o positivismo da ortodoxia não é um método que deva ser utilizado nas ciências sociais. Vale ressaltar que há diversos autores e suas diferenças nuances, contudo, todos convergem a um denominador comum: o anti-positivismo (Lourenço Filho, 2019).

O *racionalismo crítico*, partindo da filosofia da razão kantiana (Kant, 2007), afirma que a realidade é uma complexidade intrínseca e inalcançável, ou, mais apropriado ainda, sua irreproduzibilidade demanda a aplicação de artifícios abstratos e generalizações, visando uma aproximação da realidade. Para isso, recorreremos a teorias e engendramos experiências, as quais são filtradas pela nossa razão. Assim:

“Ao observar a realidade já se tem juízos a priori, alguns ordenamentos que permitem emitir valores sobre o que se pretende entender. O que torna Kant (2007), talvez, um dos maiores pensadores da ciência é a sua classificação de juízos de valores: analíticos e sintéticos” (Campanario et al., 2012, p. 126).

Por conceito, os chamados de juízos analíticos devem ser apriorísticos, “pois dizem do sujeito apenas aquilo que já lhe cabe por princípio de identidade e/ou não contradição” (Costa, 2022, p. 19). Já, os juízos sintéticos podem se definir como a posteriori ou a priori, o primeiro como um conhecimento herdado a partir da experiência, e o segundo “por definição, é aquele que não é a posteriori” (Guimarães de Medeiros, 2023). Em outras palavras, a priori é o conhecimento que pode ser adquirido através da razão, da faculdades e análise lógica humana, sem depender da experiência sensorial. Assim, a partir desses conceitos, “Mises encontra em Kant um pilar intelectual, em que se apoia para levar o seu projeto de uma virada epistemológica na ciência econômica a cabo” (Costa, 2022, p. 13).

Desse modo, as ciências naturais derivam de *observações posteriores* e podem ser analisadas a partir de métodos experimentais como o indutivismo, por exemplo. Contudo, até para esta área de conhecimento, as metodologias empíricas não são adotadas de maneira acrítica (Freire, 2019). Logo, aplicar tais métodos para uma ciência social como a economia não parece ser o mais adequado. Assim, a escola austríaca, em especial, na pessoa Mises com a praxiologia, entende que a economia é uma ciência distinta, assim ela necessita de um metodologia que a interprete de modo mais eficaz. Segundo Mises (2021a, p. 20), “O homem age porque está insatisfeito com a situação que prevalece sem sua intervenção.”. Dessa forma, “a praxiologia é definida como uma ciência geral da ação humana, à qual a Economia está subordinada” (Freire, 2019). Esta ação humana é dotada de propósito tal que busque mudar o mundo externo para uma situação considerada melhor ou superior que o estado antes da ação, podendo se observar aqui a adoção do conceito de marginalidade. Além de explorar a *Teoria do Valor-Utilidade* em seu livro *A Ação humana* (1949), em *O socialismo: uma análise econômica e sociológica*, o autor apresenta argumentos econômicos que afirmam a inviabilidade e ineficiência do socialismo, dentro os argumentos usados, ele critica fortemente a teoria do valor, e reafirma a eficácia do valor subjetivo para o funcionamento do mercado (Mises, 2021b).

O austriaco procura estabelecer que o sistema utilitarista é um sistema moral, ainda que a tradição neoclássica tente apresentá-lo com a visão positivista. Portanto, Mises critica os métodos empíricos ao afirmar que o foco de estudo da ciência social é a ação e entender para que fim ela foi tomada, pois “Tudo o que se pode dizer acerca da causalidade é que ela é a priori não apenas para o pensamento humano, mas também para a ação humana” (Mises, 2021a, p. 42). Assim, observa-se que este conceito é notavelmente influenciado pela teoria do conhecimento de Kant, dessa maneira, ao considerar o axioma *o ser humano age* como juízo sintético a priori, conclui-se que ele pode ser desvinculado do conhecimento empírico. Nesse contexto, utilizar técnicas empregadas nas ciências naturais, como o indutivismo, gerará inadequações e problemas metodológicos, pois “o estudo da ação humana é de caráter histórico e único.” (Freire, 2019).

Lourenço Filho afirma que o positivismo se consolidou na economia com os trabalhos de Paul Samuelson e Milton Friedman⁶ em meados do século XX; assim, a economia abraça a estatística e coloca como objetivo central de seus estudos a previsibilidade. Nas palavras de Mises (2021a),

“Eles não levam em conta o fato de que todos esses números estatísticos estão mudando continuamente, às vezes mais, às vezes menos rapidamente. Não há nas avaliações humanas e, conseqüentemente, nas ações humanas, nenhuma regularidade como no campo investigado pelas ciências naturais. O comportamento humano é guiado por motivos, e o historiador que lida com o passado, bem como o empresário que pretende antecipar o futuro, deve tentar “entender” esse comportamento” (Mises, 2021a, p. 50).

⁶ Foundations of Economic Analysis, de Paul Samuelson, em 1947, e o ensaio Methodology of Positive Economics, de Milton Friedman, em 1953)

Portanto, em sua obra *Problemas Epistemológicos da Economia* (Mises, 2022), o autor afirma que a economia não pode ser reduzida a métodos empíricos, pois a ciência econômica trabalha com a ação humana, que é complexa e influenciada por diversos fatores subjetivos. Com o pensamento de Kant, Mises estabelece uma nova natureza para o conhecimento econômico, uma nova metodologia, a praxeologia.

Friedrich Von Hayek

Por fim, Friedrich Von Hayek é o economista que faz o casamento entre o pensamento austriaco e o liberalismo clássico, a partir da análise de suas obras, observa-se que a liberdade deve caminhar ao lado da economia, e, portanto, permite ações individuais e autônomas dos agentes econômicos. Conforme afirma Salgado (2007),

“Quando o mercado funciona os povos são mais livres, iguais e prósperos, e, quando criado sem intenções ou fins, passa a ser o ponto onde as finalidades individuais se entrecruzam e se harmonizam, onde as questões de justiça aparecem quando se defrontam com processos e não com o resultado de forças impessoais” (Salgado, 2007, p. 11).

Sobre isso, Hayek (2022) na sua jornada de 92 anos, em sua maior parte sendo defensor fervoroso da liberdade, crítica não só o socialismo em sua obra *O Caminho da Servidão* (2022), mas também, qualquer forma de intervenção do Estado na economia, pois para ele isto significava um socialismo progressivo, o que leva a seus inúmeros debates com John Maynard Keynes (Salgado, 2007). Ademais, dentro da visão austríaca, um dos fatores que contribuíram para os enormes avanços no campo da tecnologia e da inovação da modernidade, foram causados graças ao respeito pelos direitos individuais. Maria Salgado ainda acrescenta que

“A vantagem que se processou quanto ao individualismo em relação à ciência é que a liberdade individual acompanhou o seu avanço. Enquanto existiu a carência da liberdade, a maioria dos indivíduos não pôde expressar a sua criatividade. Depois, com a liberdade industrial, a livre utilização dos novos conhecimentos, fato só ocorrido com o financiamento da iniciativa privada, é que a humanidade teve a oportunidade, através da ciência, de progredir” (Salgado, 2007, p. 25).

Desse modo, Hayek argumenta que a Escola Austríaca interpreta a realidade de forma mais adequada que os ortodoxos, em seu discurso publicado com o título *Economia e Conhecimento* (2019) ele apresenta as fraquezas do pensamento neoclássico. Conforme foi explorado nos capítulos anteriores as contribuições de Mises, Hayek sendo seu discípulo, as complementam. Ele propõe que as teorias de equilíbrio, por exemplo, da análise neoclássica não transmite qualquer conhecimento a respeito do que ocorre na realidade econômica, para isso ele critica o uso da estatística na economia, o uso dos *given data*, o conceito de *homo economicus*, entre outras ideias.

IMPLICAÇÕES DO LIBERALISMO AUSTRIACO

O pensamento austríaco visa valorizar o indivíduo e suas decisões individuais, das quais acabam por moldar o mercado. Quando é mencionado as escolhas do indivíduo, é necessário levar em conta uma série de fatores psicológicos que foram elaborados mentalmente antes de o indivíduo agir. Os principais fatores são: o ambiente, o comportamento e o pensamento, formando assim uma tríade, identificado por Aaron T. Beck, denominando dentro da sua abordagem criada (terapia cognitiva comportamental), “A TCC está baseada no modelo cognitivo, que levanta a hipótese de que as emoções, os comportamentos e a fisiologia das pessoas são influenciados pela sua percepção dos acontecimentos” (Beck, 2021).

Para compreender o ambiente, segundo Matos (1995) referência não encontrada, é aquilo que externaliza o comportamento do indivíduo, piscar de luz, desequilíbrio hídrico, descarga de adrenalina, não importando se a relação do comportamento é de contiguidade espaço/temporal. Já o comportamento é a ação ou resposta realizada pelo indivíduo em interação com o ambiente, gerando alterações, assim como antes de emitir um comportamento, o indivíduo precisa emitir um pensamento baseado nos contextos que vivenciou previamente àquele evento relacionado entre ambiente e indivíduo, assim como Beck (2021, pp. 72-75) utiliza em seu exemplo sobre a mesma situação de ler um livro aplicada em diferentes pessoas, demonstrando que a diferença está em como o indivíduo interpreta aquela situação: o leitor A pensa que o livro faz sentido e que vai lhe ajudar com o conhecimento adquirido, assim emitindo um sentimento de animação e continua sua leitura; o leitor B pode pensar que o livro não é o que esperava e assim sendo um desperdício de dinheiro, descartando aquele livro. Assim como Kahneman em seu livro *Rápido e Devagar* (2011, pp. 206-208), onde cita método e o experimento de Vernon Smith, onde um número limitado de fichas é distribuído entre os participantes compradores e os vendedores que possuem itens a venda no mercado (convidando os compradores a negociarem com os vendedores pelos itens) e que no fim podem trocar a ficha por dinheiro; utilizando dos mecanismos da oferta e procura, o valor da ficha pode alterar de acordo com os indivíduos já que os itens negociados no mercado podem valer mais para alguns indivíduos do que para outros. Já Kahneman adicionou um terceiro grupo chamado de escolhedores que podem escolher entre receber o item ou a soma em dinheiro que era equivalente à vontade de receber o item. Com os dados coletados do experimento, Kahneman (2011) demonstrou que o valor estabelecido tanto pelos compradores quanto pelos escolhedores é semelhante, mesmo com a possibilidade dos escolhedores receberem de forma gratuita o item. O experimento teve com a finalidade de demonstrar como o ato de vender, comprar e escolher diferenciam nas respostas neurofisiológicas, havendo um estímulo na compra de itens por valores baixos, e aumentando a quantidade comprada e reduzindo quando o valor sobre pelo risco de perda seguindo um valor de referência, mas o efeito fisiológico gerado pelo aumento de preço é por volta de duas vezes maior que os efeitos de ganho.

Esses dois experimentos têm implicações significativas para a economia e para a praxeologia. No ponto de vista econômico, eles destacam a influência dos fatores neurofisioló-

gicos nas decisões de compra e venda, revelando nuances comportamentais que afetam as dinâmicas de mercado; concluindo que o valor subjetivo e a percepção de risco são elementos cruciais que moldam as escolhas econômicas. Para a praxeologia, essas descobertas ressaltam a importância de compreender as motivações individuais subjacentes às decisões econômicas. Conforme já explorado no artigo, a interação entre os agentes econômicos não é meramente baseada em cálculos racionais, mas também, como a psicologia mostra, em respostas emocionais e neurofisiológicas. Portanto, uma abordagem praxeológica completa deve levar em consideração não apenas as análises lógicas, mas também os aspectos psicológicos que influenciam as ações humanas no contexto econômico. Essa compreensão mais holística é essencial para uma teoria econômica mais abrangente e precisa.

Agora, para compreender outras implicações devido tanto a trajetória do liberalismo quanto a abordagem da Escola Austríaca, é importante mencionar Deirdre McCloskey. Ela é uma economista e historiadora formada pela Universidade de Harvard em 1964 e, posteriormente, desempenhou um papel significativo nas contribuições para a história econômica, especialmente no contexto da Revolução Industrial. McCloskey é reconhecida por sua trilogia intitulada *As Virtudes Burguesas* e destaca-se como uma defensora fervorosa das ideias e valores associados à burguesia.

Em sua obra *The Bourgeois Virtues Ethics for an Age of Commerce*, McCloskey (2006), referência não encontrada destaca a importância da associação do pensamento liberal com o método austríaco. Ela enfatiza, especialmente, a distinção em relação aos Samuelsianos, que fundamentam suas expectativas na racionalidade, presumindo que, no contexto empresarial, todas as escolhas são feitas mediante cálculos cuidadosos. A abordagem austríaca, aliada ao pensamento liberal, proporciona uma perspectiva única que vai além da mera racionalidade econômica. Desse modo, a autora ressalta a importância de considerar não apenas as decisões baseadas em cálculos puramente lógicos, mas também os valores morais que permeiam as interações comerciais. Essa análise aprofundada destaca a complementaridade entre o método austríaco e o pensamento liberal, fornecendo uma visão mais abrangente que reconhece não apenas a eficiência econômica, mas também a importância dos fundamentos éticos na condução de atividades comerciais. Essa síntese entre teoria econômica e valores éticos representa uma abordagem holística para compreender e orientar as práticas comerciais em uma era de crescente complexidade e interconexão global.

Para os pensadores austríacos, a abordagem econômica assume uma dimensão mais humanística, onde as interações econômicas são compreendidas como manifestações de ações humanas intrinsecamente conectadas. A perspectiva humanística enfatiza a comunicação entre os indivíduos, destacando a importância de falar, ouvir e interpretar. Nesse contexto, a hermenêutica desempenha um papel crucial, conforme disse McCloskey (2006): “uma pessoa em empreendimento depende do engajamento imaginativo com os clientes e fornecedores para adivinhar o que eles estão pensando e observar o que testemunha neles” (p. 191). Essa abordagem ressalta o empreendedor como um agente ativo que não apenas reage a estímulos econômicos, mas que participa de uma interação interpretativa. O empreendedor, de acordo com essa visão, não apenas atende aos desejos e necessidades dos clientes, mas também se

engaja de forma imaginativa para antecipar e compreender essas necessidades. A capacidade de ouvir e interpretar é fundamental, pois o empreendedor busca implementar soluções que estejam alinhadas não apenas com o que é explicitamente expresso, mas também com o que é implicitamente desejado.

Essa abordagem destaca a importância da ação humana no empreendimento, destacando que o sucesso não se limita apenas a atender às demandas existentes, mas também envolve a habilidade de escolher estrategicamente quais empreendimentos seguir. Ao optar por um empreendimento específico, o empreendedor está fazendo uma escolha consciente, considerando não apenas o interesse e a necessidade imediata do cliente, mas também o contexto mais amplo em que a troca ocorre. Assim, a ação humana e a escolha tornam-se elementos essenciais na compreensão da dinâmica econômica sob a perspectiva austríaca.

Por último, é crucial destacar as significativas contribuições do renomado economista contemporâneo Amartya Sen, cujas reflexões a respeito da interconexão entre economia e ética oferecem conhecimentos valiosos. Sen propõe uma abordagem que transcende a visão convencional da “economia positiva” ao argumentar que a análise econômica é enriquecida quando incorpora considerações éticas relativas ao comportamento humano e aos julgamentos morais. Conforme Sen (1999) afirma,

“A metodologia da chamada “economia positiva” não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos. Examinando as proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real” (p. 16).

A crítica de Sen não sugere a total rejeição da abordagem moderna da economia e sua fundamentação matemática. Pelo contrário, ele destaca que, assim como os economistas austríacos defendem a utilização de diferentes ferramentas analíticas, a economia moderna pode se beneficiar ao integrar a ética em suas análises. É crucial reconhecer que, embora a matemática e modelos econômicos sejam valiosos, não podem ser considerados interpretações completas da realidade humana sem levar em conta a ética e a moralidade.

Sen ainda destaca que ao integrar a ética no âmbito econômico, é possível não apenas entender adequadamente as complexidades das escolhas individuais, mas também promover um desenvolvimento mais inclusivo e socialmente justo. Ao enfatizar a interconexão entre valores éticos e decisões econômicas, Sen advoga por uma abordagem mais abrangente que reconheça a relevância das considerações éticas para além dos aspectos puramente econômicos (Sen, 1999). Dessa forma, ele promove uma compreensão mais holística e uma prática mais ética da ciência econômica, enriquecendo a disciplina e oferecendo uma perspectiva mais completa sobre as complexidades do comportamento humano. Essa abordagem, como observado anteriormente na prática da escola austríaca, destaca a importância de uma análise econômica que não se desvincula da ética, mas que, ao contrário, as integra de maneira intrínseca.

CONCLUSÃO

No desenvolvimento deste artigo, aprofundou-se na exploração da estreita relação entre o liberalismo e a metodologia misesiana, buscando compreender as bases filosóficas que fundamentam o liberalismo desde sua origem até sua interconexão com a Praxiologia e a Ação Humana, embasadas na filosofia kantiana.

Ao trazer a filosofia kantiana para o contexto misesiano, o artigo destaca a importância de considerar não apenas os aspectos tangíveis e mensuráveis da economia, mas também a dimensão subjetiva das ações humanas. A Praxiologia, nesse sentido, emerge como uma ferramenta valiosa para a compreensão das escolhas individuais e da lógica que subjaz às interações econômicas. A análise também se estendeu para além das fronteiras puramente econômicas, incorporando elementos da psicologia para reforçar a ideia de que a economia deve ser entendida como uma ação humana orientada por propósitos.

Além disso, o texto aborda a perspectiva da renomada autora Deirdre McCloskey, cujo trabalho acadêmico tem sido uma crítica à metodologia ortodoxa da economia. McCloskey (2006) defende vigorosamente o capitalismo liberal como um catalisador essencial para o aumento da prosperidade e a melhoria das condições de vida. Sua visão vai além das métricas econômicas convencionais, enfatizando a importância das virtudes liberais, como o respeito e a dignidade, no funcionamento dos mercados e na promoção do bem-estar econômico e social.

Ao incorporar as ideias de Amartya Sen, o artigo destaca a possibilidade de a economia ser tratada como uma ciência que, mesmo mantendo uma abordagem científica, não ignore os aspectos sociais, éticos e morais. Sen contribui para a compreensão de que a análise econômica pode e deve abranger uma gama mais ampla de considerações, reconhecendo a interdependência entre a esfera econômica e as dimensões sociais e éticas da vida humana.

Assim, o artigo não apenas delinea a relação entre o liberalismo e a metodologia misesiana, mas também destaca a importância de considerar diversas perspectivas, como as de McCloskey e Sen, para uma compreensão mais completa e contextualizada da ciência econômica. Esse enfoque multidisciplinar enriquece a discussão, oferecendo uma visão mais abrangente e holística das complexidades inerentes às interações econômicas e à sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- Arendt, H. (2013). *Origens do Totalitarismo* (3th ed.). Editora Companhia das Letras.
- Beck, J. S. (2021). *Terapia Cognitivo-Comportamental: Teoria e Prática* (3th ed.). Editora Artmed.
- Campanario, M. de A., Chagas Junior, M. de F., & Ruiz, M. S. (2012). O modelo de Karl Popper sob a ótica das Ciências Sociais Aplicadas. *Revista de Ciências da Administração*, 14(32), 124-140. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2012v14n32p124>
- Cerqueira, H. E. A. da G. (2006). A mão invisível de Júpiter e o método newtoniano de Smith. *Estudos Econômicos*, 36(4), 667-697. <https://doi.org/10.1590/S0101-41612006000400004>
- Chalmers, A. F. (1997). *O que é ciência afinal?* Brasiliense.
- Costa, J. M. T. da. (2022). *Ação humana e a teoria do conhecimento: uma leitura kantiana de von Mises* (2nd ed.). Instituto Escafandristas.
- De Soto, J. H. (2010). *A Escola Austríaca: Mercado e Criatividade Empresarial* (2nd ed.). Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Feijó, R. L. C. (2023). *História do pensamento econômico: de Lao Zi a Robert Lucas* (4th ed.). Independently published.
- Freire, L. (2019). Praxeology as an answer to problems in the philosophy of science. *MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics*, 7(1). <https://doi.org/10.30800/mises.2019.v7.943>
- Gennari, A. M. (2009). *História do pensamento econômico*. Saraiva.
- Guimarães de Medeiros, J. E. (2023). Human Action and Theory of Knowledge: A Necessary Reconciliation between Philosophy and Economics. *MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics*, 11. <https://doi.org/10.30800/mises.2023.v11.1513>
- Hayek, F. A. von. (2022). *O caminho da servidão* (2nd ed.). Instituto Liberal.
- Kahneman, D. (2011). *Rápido e Devagar: Duas Formas de Pensar*. Objetiva.
- Kant, I. (2007). *Crítica à razão pura*. Editora Ícone.
- Locke, J. (1994). *Segundo tratado sobre o governo civil: E Outros Escritos*. Editora Vozes.
- Locke, J. (1999). *Ensaio Acerca do Entendimento Humano*. Editora Nova Cultural Ltda.
- Lourenço Filho, M. (2019). The Austrians and the method: From criticism to positivism to the recall of the classical tradition. *MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics*, 7(2). <https://doi.org/10.30800/mises.2019.v7.1181>
- Martini, R. A. (2014). Um ensaio sobre os programas de pesquisa lakatosianos e a metodologia da economia neoclássica: contribuições e críticas. *Análise Econômica*, 32(62). <https://doi.org/10.22456/2176-5456.23995>
- Martins, A. E. M. (2015). John Locke e a liberdade como fundamento da propriedade. *Griot: Revista de Filosofia*, 11(1), 315-323. <https://doi.org/10.31977/grirfi.v11i1.626>
- Matos, Maria Amélia. (1995) *Behaviorismo metodológico e behaviorismo radical. Psicoterapia comportamental e cognitiva: pesquisa, prática, aplicações e problemas*, p. 27-34, 1995.

- McCloskey, D. N. (2006) *The bourgeois virtues: ethics for an age of commerce*. The University of Chicago.
- Mises, L. von. (2021a). *O Fundamento Último da Ciência Econômica: um ensaio sobre o método*. Instituto Hoppe.
- Mises, L. von. (2021b). *Socialismo: Uma Análise Econômica e Sociológica*. Editora Konkin.
- Mises, L. von. (2022). *Problemas Epistemológicos da Economia*. Instituto Hoppe.
- Nunes, K. J. O., & Rolim, F. A. R. (2023). Os Contratualistas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 9(3), 583-596. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i3.8888>
- Rosenblatt, H. (2022). *A História Perdida do Liberalismo*. Alta Books.
- Rothbard, M. N. (2007). *The Panic of 1819: Reactions and Policies*. Ludwig von Mises Institute.
- Salgado, M. das G. (2007). *A Justiça e a Liberdade Segundo F. Von Hayek*. Universidade Gama Filho.
- Sen, A. (1999). *Sobre ética e economia*. Companhia das Letras.
- Smith, A. (1999). *A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas* (Vol. I), Nova Cultural, Coleção "Os Economistas".
- Valentin, A. (2008). A economia positiva: considerações sobre o núcleo rígido do programa de pesquisa neoclassico. *Khronos*, 1, 131-148. <https://doi.org/10.11606/khronos.v0i1.97240>
- Varian, H. (2006). *Microeconomia: Uma Abordagem Moderna* (8th ed.). Editora Campus.

RECEBIDO: 15 JAN 2024

APROVADO: 22 ABR 2024

PUBLICADO: 12 JUL 2024